

Vol XIII, Núm 1, jan-jun, 2021, pág. 6-8.

APRESENTAÇÃO: FILOSOFIA CRÍTICO-SOCIAL E EDUCAÇÃO

É com renovada esperança que apresentamos o dossiê **Filosofia Crítico-Social e Educação**, organizado pela Revista Educamazonia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Dentre os debates mais urgentes que implicam a comunidade acadêmica e a sociedade, a educação é (ou deveria ocupar) um lugar de especial destaque no debate público acerca do progresso e da livre manifestação do pensamento, pilares de uma sociedade verdadeiramente livre e democrática, urgência dos nossos tempos. Com efeito, os escritos aqui apresentados amarram um conjunto de percepções e valores que caracterizam diferentes modos do saber-fazer-educacional que aponta para práticas livres e emancipadoras, na esteira de intelectuais e pensadores majoritariamente da filosofia do século XX.

No bojo das discussões sobre a educação como estratégia de luta pela transformação social, apresentamos o artigo **“Gramsci e a “escola unitária” como alternativa pedagógica”**, de autoria de *José Willon Girard de Matos e Marcos Murrelle Azevedo Cruz* que traz a proposta de “escola unitária” como alternativa pedagógica de educação, observando os sentidos que essa educação adquiriu a partir das mudanças operadas pelo capitalismo no contexto histórico das sociedades industrializadas do final no século XIX e início do século XX. Lança mão de alguns elementos para a proposta pedagógica de Gramsci que subsidie debates que nos ajudem a pensar a democratização pela prática do ensino e de suas relações com o trabalho intelectual e o mundo do trabalho, para formar sujeitos críticos capazes de identificar e criticar as desigualdades sociais produzidas pela conjuntura vigente.

A tarefa de educar deve ser entendida como esforço sistemático de compreensão das condições concretas da existencia encarnada na vida social apropriada e ressignificada a partir do currículo, dos saberes que as pessoas devem aprender ao longo do processo de ensino-aprendizagem, e que no fundo, guardam uma intencionalidade política. Acreditamos que as discussões apresentadas em **“a construção do pensamento histórico no currículo e sua relação com as práticas pedagógicas de professores”** com autoria de *Marcio dos Santos Pereira e Irlanda do Socorro Oliveira Miléo* ajudam a compreender essa relação entre o currículo e a organização do trabalho escolar e como este repercute no desenvolvimento de suas próprias ações docentes em sala de aula.

A interpretação das condições concretas e reais de existencia aprendidas e ressignificadas pela educação nos lança indubitavelmente na tarefa educativa como princípio ético, embalada por grandes ideais que nos dão força para viver e sonhar uma educação livre, pautada no respeito e no reconhecimento, mas principalmente na igualdade de condições. Nos passos de Enrique Dussel e Paulo Freire, o artigo **“O lugar da pedagogia crítica freiriana em diálogo com a “ética da libertação” de Enrique Dussel”** com autoria de *Charleston Silva de Souza e Rafael Pereira Novaes* mostra o lugar de nossa consciência engajada nesse processo. Toda a educação torna possível esse caminho à medida que os processos educativos são capazes de empoderar as

pessoas a combater espaços opressores, ajudando-as a não abrir mão de sua corresponsabilidade no processo de mudança da realidade.

No que se refere ao seu caráter formal, a educação pode ser entendida como uma instituição que se expressa concretamente pela ação das pessoas que ressignificam a experiência formativa e são profundamente marcadas por relações de poder em múltiplas faces. As instituições escolares com seus prédios, legislações, ritos institucionais de avaliação interna e externa, trazem marcas de sua época e de seus determinismos históricos, e requer um constante estado de revisão. No centro deste debate, destacamentos a educação como projeto de emancipação que não pode abrir mão de sua vocação libertadora, mesmo que isso implique em colocar em questão os fundamentos daquilo que acreditamos e tomamos como verdades incontestes. Em **Nietzsche e a educação como crítica de si mesma: apontamentos sobre a educação aristocrática** de autoria de *Marcos Vinícius de Oliveira Monteiro* e *Marcos Murrelle Azevedo Cruz*, é possível ver como o filósofo formula um conjunto de críticas a educação, principalmente voltada aos estabelecimentos de ensino de sua época, que na sua visão, não eram capazes de operar as transformações que a sociedade tanto almejava. O artigo busca apresentar o encadeamento entre os conceitos presentes na análise nietzschiana: a crítica, a educação e aristocracia, expondo as suas fundamentações e as suas consequentes relações para compreensão do conceito de cultura.

É certo que todo projeto político-educacional deve ser antes de tudo um “iluminismo”, queremos dizer, esclarecedor, como mostra o artigo **“Educação e experiência formativa na teoria crítica de Theodor Adorno”** de autoria de *Felipe da Silva Lopes* e *Marcos Murrelle Azevedo Cruz*. A educação como crítica requer que todos os seus agentes não prescindam de uma disposição de ânimo para uma educação de contestação e de resistência. Se a educação, sozinha, não é capaz de superar a barbárie, a crítica figura como o caminho de superação pelo qual atingiremos a condição de sujeitos emancipados, mas, antes de tudo, é necessário superarmos os modelos de escola vigentes, repensarmos nossas relações com o conhecimento que produzimos assim como os sentidos que atribuímos aos processos educacionais.

Em **“Foucault e a crítica ao saberes: algumas considerações sobre o ensino superior”** de *Marcos Murrelle Azevedo Cruz* e *Lena Claudia dos Santos Amorim* está presente a possibilidade de uma perspectiva teórica foucaultiana que esclareça as possíveis relações entre educação superior e a formação da consciência crítica, no âmbito da formação de professores. Indica uma representação de sujeito em passagem da condição de minoridade intelectual para uma condição de ator epistemologicamente emancipado. É verdade que não existe uma obra específica de Foucault sobre a universidade, ou mesmo sobre a educação superior ou ainda sobre os prolongamentos de seus efeitos na prática pedagógica dos professores; apenas algumas referências pontuais como: *Vigiar e Punir* (1979) onde analisa o poder disciplinar e percorre as instituições educacionais; sobre a educação sexual em *História da Sexualidade: A vontade de saber* (1988) que analisa os mecanismos de uma pedagogia em torno da *parrésia*. No entanto, suas discussões nos levam a crer que as práticas pedagógicas estão eivadas das formas de subjetivação porque compartilham e comunicam os espaços de poder (verdade, sujeito) e nos permite fazer uma análise entre a teoria e a

universidade, lugar onde a relação saber-poder se dá dentro de espaços institucionalizados que materializam estruturas de poder, onde são produzidos discursos e regimes de verdade.

Nessa mesma direção podemos vislumbrar como os conceitos de poder-saber, verdade e subjetividades, figuram como referências segundo as quais estão assentadas nossas perspectivas de sujeito e consequentemente de formação humana – enfoque inspirado no idealismo alemão e com temperos do pensamento de Freud e Adorno. O artigo “**Educação: o humano e a formação humana**” de *Paulo Lucas da Silva e Ivana de Oliveira Gomes e Silva* mostra como a educação se constitui como processo que se alcança progressivamente ao longo da existência e por meio das diferentes formas de experiências que estabelecemos com o mundo, com os valores que orientam nossos processos formativos e as concepções que orientam nossas perspectivas de educação civilizatória e humanizadora.

Retomando uma abordagem conceitual clássica acerca da subjetividade, um debate tecido a partir da obra *Emílio ou da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, (1995), em diálogo com alguns aspectos genealógicos do pensamento de Michel Foucault (2011; 2014), o artigo “**Adolescência: sintoma e subjetivação**” de autoria de *Robson Wander Costa Lopes e Matheus Gonçalves Bezerra* busca responder por que a fase da adolescência tende a prolongar-se na vida do jovem favorecendo a formação de um sujeito com tendências a não saber responsabilizar-se por suas próprias escolhas? Reportando-se ao uso das noções de “conhecimento de si” e “cuidado de si” em Michel Foucault, os autores mostram como é possível compreender a adolescência como uma possibilidade de ser um novo sujeito, reelaborado por si mesmo, que se pensa e se faz, desfaz-se e se refaz, mesmo diante de tantas sujeições sociais que nosso tempo se lhes impõem.

Por fim, o artigo “**Mulheres e a Filosofia**” de autoria de *Yasmim Rejane Martins de Oliveira e de Manoel Ribeiro de Moraes Júnior* discute criticamente o papel androcêntrico do ensino da filosofia nas escolas. O artigo expõe a ideia de que a educação escolar ensina é um círculo social importante para a formação humana, logo de gênero. No entanto, partindo dessa análise crítica, se adverte sobre a fragilidade que o ensino da filosofia passa a ter quanto restringe as discussões aos pensadores masculinos. Por conclusão, se chega à ideia que o conteúdo curricular de filosofia deve se inspirar também no posicionamento das intelectuais feministas, posto que são pensamentos advertem sobre a restrição de subjetividades e da hierarquia dos gêneros.

Agradecemos imensamente a todos os autores (as) que enviaram suas contribuições ao mesmo tempo em que desejamos uma boa leitura!

Marcos Murrelle Azevedo Cruz (UFPA)
Manoel Ribeiro de Moraes Júnior (UEPA)
Organizadores